

A teoria das operações predicativas e enunciativas em contraste com outras teorias

CLARA NUNES CORREIA
(Universidade Nova de Lisboa)

Na história recente da linguística do português europeu têm sido apresentados trabalhos sobre a determinação verbal e a determinação nominal a partir das propostas da teoria das operações predicativas e enunciativas.

Com estes trabalhos a descrição e análise do português tem sido alargada, dando-se conta de algumas problemas deixados abertos por outras propostas teóricas. O programa de trabalho desenvolvido por Culioli e pelos seus colaboradores próximos prevê que, a partir da observação dos dados, a teoria deva ser capaz de estabelecer um confronto com outras propostas, fornecendo respostas precisas no tratamento dos dados que se propõe analisar.

Este é um dos princípios apresentados por Desclés 1992¹ que, se se encontra na teoria proposta por Culioli, não lhe é exclusivo, pelo menos enquanto postulados de base². Digamos que, à partida, qualquer trabalho em linguística terá, se quiser ser coerente e objectivo, de lhe obedecer.

No debate das ideias a teoria das operações predicativas e enunciativas tem-se mostrado disponível para se confrontar com outras. Esses debates têm surgido, segundo as informações disponíveis, a partir da própria teoria³. Ao colocar-se como alvo e fonte de debate, a teoria das operações predicativas e enunciativas disponibiliza-se para um 'confronto' de que não se extrai quaisquer valores de diferenciação qualitativa, mas problemas teóricos que considera importante discutir⁴.

No confronto entre a teoria das posições sintácticas e a das operações predicativas e enunciativas (sobretudo Milner 1992 e Delaveau 1992 e de Vogüé 1991 e 1992), estão presentes alguns dos pontos que, para além de caracterizadores de uma e de outra teoria, são fundamentais para se perceber o que as une e o que as separa.

Numa abordagem muito superficial, dir-se-ia que a diferença fundamental entre as duas teorias estaria situada na diferença tradicional da divisão entre sintaxe e semântica. Este argumento revela-se pouco interessante já que a teoria de Culioli não se assume como uma teoria exclusivamente semântica, defendendo-se antes uma interrelação entre sintaxe e semântica: "(...) A demarcação [entre sintaxe, semântica e pragmática] situa-se entre o que é representável e regular e o que é heterogéneo em relação às regras metalinguísticas construídas. (...) Não se trata, no entanto, de reduzir a sintaxe a um nó restrito arbitrariamente, mas de tratar tudo o que existe num domínio metodologicamente homogéneo, ou em domínios localmente homogéneos que se podem articular entre si. Penso que é possível fornecer uma teoria unificada que integre os fenómenos que actualmente se encontram divididos por sectores separados. (...) Defendo uma sintaxe definida como uma hipersintaxe. (...)": (Culioli 1982: 2-3). A teoria generativa, sendo exclusivamente sintáctica, inclui no seu modelo a Forma Lógica como um nível de representação "(...) onde são explicitadas as propriedades semântico-lógicas da frase, tais como as relações entre predicados e argumentos, as relações entre elementos interrogativos e variáveis, e o escopo dos quantificadores." (*Dicionário de Termos Linguísticos (II)*).

No texto de 1992, Milner pensa que a proposta de Culioli sobre a hipersintaxe poderia ser relevante para a ' projecção da teoria das operações num espaço não enunciativo', assumindo, no entanto, que a teoria das operações predicativas e enunciativas é uma teoria não-sintáctica: "(...) tendo em conta o sentido preciso dos termos *análise* e *sintaxe*, a teoria de Culioli não é uma teoria sintáctica já que não existe, [na teoria de A. Culioli], nenhum dos formalismos desenvolvidos pela análise sintáctica. (...) " (Milner 1992:29)

Um dos problemas que Milner deixa em aberto é o de se saber se, num espaço não enunciativo, a autonomia da sintaxe, da semântica e da pragmática terá ou não de existir.

No programa de A.Culioli a interrelação entre as operações, os marcadores e os operadores só existe porque existe um espaço enunciativo. Esta é uma das razões porque faz sentido falar-se de enunciado e não de frase, ou porque se defende que existe uma relação directa – e não bi-unívoca – entre o léxico e as operações.

A 'hipersintaxe', tal como foi definida, será mais do que uma reclassificação de elementos dispersos inscritos nos diferentes níveis tradicionais e, de algum modo, cria uma aproximação com a teoria das posições sintácticas. Note-se que em ambas as teorias se defende um trabalho sobre as formas linguísticas e não sobre as suas interpretações. Esta aproximação de tratamento faz com que, nas duas teorias, a referência surja como organizadora da interpretação das formas⁵.

Se se aceitar a existência de uma vizinhança teórica entre as duas teorias, baseada sobretudo na preocupação da análise de uma 'linguística interna', verifica-se, no entanto, que é no tratamento das formas que se encontra a oposição mais marcante entre elas. Para de Vogüé 1991 as bases de cada um dos programas de investigação não são apenas contraditórias, mas incompatíveis. O primeiro contraste, sublinhado por de Vogüé, prende-se com as relações entre

léxico e sintaxe: para Culioli o léxico é caracterizado nocionalmente – definido a partir de esquemas de regulação das operações que constituem os enunciados, para Milner, o léxico opõe-se à sintaxe numa oposição entre o que é estável e regular (a sintaxe) e o que é singular e contingente (o léxico). (*op.cit*: 40). Estas duas concepções teóricas inviabilizam qualquer ponto de discussão e de contacto teórico.

A segunda incompatibilidade prende-se com a análise que cada uma das teorias faz das ‘unidades de língua’: se para Milner são o ponto de chegada, ganhando valor diferencial na estrutura sintáctica, para Culioli o ponto de partida são os ‘objectos de língua construídos’, isto é, a partir de operações constroem-se não os objectos mas as regras de constituição dos objectos. Só assim se pode justificar os diferentes valores de ‘gato’ no exemplo clássico ‘um gato é um gato’ em que, devido às operações de determinação nominal (respectivamente extracção e percurso), não existe uma interpretação de identidade entre as duas ocorrências da noção /gato/.

Ao lado destas incompatibilidades são apresentados no texto de de Vogüé duas outras vertentes diferenciadoras: aquilo a que chama os pontos ‘discutíveis’ e os pontos ‘sensíveis’. No primeiro grupo cabem as diferentes concepções quer de sujeito, quer de enunciação ou a definição do que pode ser regulador de uma análise – como se viu, para Culioli é o domínio nocional, para Milner a sintaxe. No segundo grupo – o dos pontos sensíveis – englobam-se a existência ou não de categorias vazias – fundamentais na teoria generativa que, de acordo com Milner, são um elemento básico da arquitectura deste modelo, e aparentemente não existentes no modelo de Culioli.

Esta aparente inexistência de categorias vazias na teoria das operações predicativas e enunciativas deve-se ao facto de se considerarem os marcadores como os vestígios de operações, não havendo possibilidade de se analisar a ausência de marcador como uma unidade imperceptível⁶ Para Milner 1992 esta ausência de categorias vazias constitui uma limitação da teoria: “(...) [A teoria de A. Culioli] assenta em relações de correspondência pontual e de não-correspondência sempre possível entre as operações e o material fonologicamente representável. (...) parece, assim, que [a teoria de A. Culioli] não aceita a existência de entidades desprovidas de forma fonológica (categorias vazias). (...)” (*op.cit*: 35).

Uma das consequências desta limitação, levantada por Milner, seria a de se poder correr o risco de ‘apagamentos irrecuperáveis de operadores’ – sempre que uma operação enunciativa não tiver um suporte lexico-morfológico –, ou a imposição da obrigatoriedade de existir sempre uma forma associada às operações enunciativas. Para de Vogüé este risco não existe, já que, como princípio, só há operações se houver marcadores dessas operações.

A discussão à volta das categorias vazias, e a afirmação ‘radical’ de de Vogüé, talvez constitua uma das questões que seja preciso reequacionar: de que categorias se fala em cada uma das teorias?

Para Culioli (Culioli & Desclés 1981: 78 e 79) existe uma clara diferença entre uma categoria gramatical e uma categoria linguística “(...) uma categoria gramatical é um sistema de correspondências entre: (1) um sistema de noções gra-

maticais (que representam valores) e (2) um sistema de marcadores morfo-sintácticos, localizados nos textos em que os segmentos são categorizados nas classes linguísticas.(...) As categorias gramaticais são situadas através de processos argumentativos (...)” e “(...) uma categoria linguística é o resultado de processos taxionómicos (...)” (*Ibid.*) Por definição, na gramática generativa, uma categoria vazia é definida como a ausência de realização lexical de uma categoria sintáctica (o caso de PRO, por exemplo).

Na teoria de A.Culioli, as noções gramaticais – como a determinação nominal – são perceptíveis e analisáveis através da reconstrução de operações, a partir de marcadores existentes nos textos. A teoria, ao assumir que não há formas isoladas, obriga a que uma forma seja localizada em relação ao conjunto de todas as outras que constituem um enunciado. Assim, através das operações, é possível ‘calcular’ o valor de cada uma das formas. O caso do determinante \emptyset (determinante sem realização lexical), por exemplo, é analisado pela teoria, não enquanto categoria vazia, mas como fazendo parte de um todo – o sistema dos marcadores de determinação nominal do português, por exemplo.

Deste modo aquilo que Milner preconiza como uma falha – a inexistência de uma relação entre uma operação e uma sequência materialmente vazia não prevista pela teoria – é, apenas, uma impossibilidade de ajustamento teórico. O problema principal prende-se com a impossibilidade de se “projectar uma teoria enunciativa num espaço não enunciativo”. O papel das operações abstractas, dos operadores de localização, ou das relações entre noções e marcadores de operações, constituem um todo que não fará sentido num espaço não enunciativo.

No tratamento das formas linguísticas a oposição entre o programa da teoria das operações predicativas e enunciativas e o da teoria das posições sintácticas torna-se muito mais nítida: as operações opõem-se à estrutura e ao léxico na análise das formas.

Se para a teoria das posições sintácticas a estrutura existe independentemente dos termos, sendo as posições independentes em relação à natureza categorial desses termos, o léxico, por ser independente da estrutura, vai ser responsável pela definição de propriedades e de relações que dão conta das construções no seio da própria estrutura. A teoria das posições sintácticas ao trabalhar com frases – espaços hierarquicamente definidos – defende as posições como possuindo características relacionais que podem ser intrínsecas ou não. Inserem-se no primeiro grupo, por exemplo a categoria funcional de sujeito que ocupa uma posição de Sintagma Nominal, e no segundo as posições COMP e TOP, que poderão ser preenchidas com diferentes categorias.

A teoria das operações predicativas e enunciativas parte da análise dos valores dos marcadores, sendo possível definir, para a mesma forma, um determinado conjunto de valores, ou associar a um mesmo valor formas linguísticas diferentes⁷.

Se nos centrarmos no campo da determinação nominal, verificamos que as diferenças entre uma teoria das posições sintácticas e uma teoria das operações predicativas e enunciativas são relevantes.

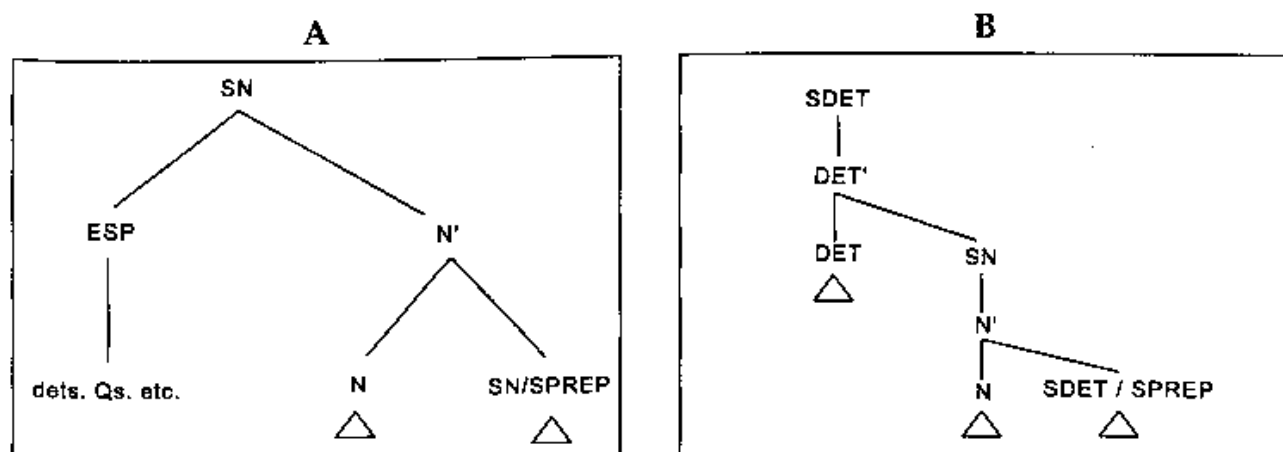
Aceita-se no momento actual da teoria da gramática generativa que a forma mais adequada de dar conta da determinação nominal deva ser feita através de um Sintagma Determinante que englobe o SN. A filosofia para a mudança de paradigma de análise entre um SN tradicional, tal como o modelo X' o descrevia e um SDet é justificada por, entre outros, Abney 1987, e apresentada por Brito 1996, com os seguintes argumentos⁸:

(1) na categoria dita SN (...) há que distinguir entre a parte propriamente lexical (...) e a parte funcional.

(2) os determinantes (artigos e determinantes demonstrativos) são categorias funcionais nucleares, seleccionando a parte lexical que passa a designar-se SN; a projecção máxima Det é um SDet.

Deste modo, e de acordo com esta proposta, existe uma selecção funcional (entre Det e SN) e uma selecção temática (entre N e o(s) seu(s) argumentos, de natureza nominal (SDet) ou de natureza preposicional (SPrep).

As representações (A) e (B) dão conta das estruturas de Det como especificador de N' (A) e de SDet como categoria máxima (B):



A constatação de princípios estruturais como organizadores de uma descrição de categorias gramaticais nada pode dizer sobre os diferentes valores de Dets diferentes ou dos diferentes valores que um mesmo determinante pode assumir: a representação estrutural de 'um gato' será sempre semelhante à de 'o gato'; por outro lado, a 'pseudo-tautologia' apresentada por de Vogüé - 'um gato é um gato' - teria uma representação simétrica para os dois termos da predicação. A justificação possível - se houvesse necessidade de justificação - seria dada dizendo-se que, em sintaxe, não há qualquer diferença estrutural relevante a assinalar, sendo as diferentes interpretações tratadas a nível da Forma Lógica⁹.

Na teoria das operações predicativas e enunciativas a determinação nominal é uma operação complexa em que dois operadores Qnt (operador de quantidade) e Qlt (operador de qualidade) se associam de forma a permitirem um cálculo que marque os diferentes valores dos determinantes disponíveis em cada língua.

No caso do português, os artigos definidos e indefinidos, o determinante \emptyset , os demonstrativos e os possessivos podem ser analisados enquanto marcadores de operações diferentes, tendo em conta não só a classe de nominais que determinam, como a totalidade do enunciado onde ocorrem.

A determinação nominal constrói-se a partir da determinação nocional, definida como um conjunto de operações abstractas que incidem sobre as noções gramaticais e sobre as noções predicativas. A noção é determinada através da construção de um domínio nocional, isto é, da construção de uma classe de ocorrências que as torna quantificáveis, e de um espaço topológico, que permite verificar o que pertence ao domínio, o que lhe é estranho, e o que se mantém na fronteira desse domínio.

A operação central da determinação nocional é a localização abstracta (repérage) – construção duma relação binária entre um termo localizador e um termo localizado.

A operação de localização abstracta vai localizar a relação predicativa em relação a uma situação de enunciação (Sit_0) que é definida por um sujeito enunciador (S_0) e um tempo de enunciação (T_0). A relação predicativa, ao ser localizada em relação a um sistema referencial (Sit), permitindo construir valores de determinação nominal e verbal, passa a ser uma relação enunciativa, produzindo-se então o enunciado¹⁰.

A partir de um esquema de individuação – passando de uma noção a uma ocorrência localizada em relação a um sistema referencial – é possível determinar um nome: “(...) Déterminer un nom, c’est en construire l’existence par rapport à un repère, cette construction revenant en fait à une opération de quantification/qualification sur la notion (...)” (Bouscaren & Chuquet 1987: 157)

Na construção dos valores da determinação nominal o encadeamento das diferentes operações de localização definem as operações de ‘fragmentação’, ‘extracção’, ‘fléchage’ (a que chamarei ‘identificação qualitativa’) ou de ‘percurso’ (liso, rugoso, com totalização).

Cada uma destas operações actua sobre a noção – conjunto de propriedades físico-culturais que se caracteriza por ser não-fragmentada sendo intrinsecamente qualitativa – que, quando lexicalizada em nome este é “(...) o produto de um encadeamento de operações que actuam sobre os diferentes estados de uma representação semântica (...)” (Culioli-Atwood 1992: 12).

A operação de quantifiabilização (ou fragmentação) permite a construção do domínio nocional das ocorrências da noção. A possibilidade de se construírem ocorrências diferenciadas de uma mesma noção faz com que essa ocorrência seja tanto Qnt como Qlt. Qnt será preponderante quando, ao atribuir-se valores referenciais a uma qualquer ocorrência, se vai extrair essa ocorrência do domínio nocional, situando-a em relação a um site (situação de enunciação). É através desta operação – operação de extracção – que “(...) a ocorrência passa do estatuto de representação imaginária a uma representação validada através de um valor referencial”. (Culioli-Atwood 1992: 13) As ocorrências neste caso são, regra geral, determinadas pelo artigo indefinido.

Se Qlt é preponderante é porque incidiu sobre a extracção da ocorrência uma identificação qualitativa definida como a passagem de ocorrência a ocorrência, i.e., activou-se a operação de 'fléchage' (ou identificação qualitativa). O marcador desta operação é o artigo definido. O artigo definido estará presente sempre que existe 'substituição lexical' (Fui a Paris. O passeio foi fabuloso), contraste entre noções (Isto não é um livro, é o livro!), identificação de ocorrência a ocorrência (O livro que eu li era fabuloso). (Culioli-Atwood 1992: 13).

Se se percorrer o conjunto de ocorrências dentro de um determinado domínio sem que seja possível fixar uma delas, estamos face à operação de percurso: "(...) Enquanto operação de determinação, o percurso é uma operação em que intervém, simultaneamente, o quantitativo e o qualitativo, já que as ocorrências são tidas em conta uma a uma (quantificação) não se fixando em nenhuma sem as distinguir. (...)". (Bouscaren & Chuquet 1987:160). Em enunciados com valor genérico como 'todo o homem é mortal' ou 'gatos são gatos' ou, ainda 'um tigre é um mamífero' a operação de percurso é evidente. No primeiro caso trata-se de um percurso liso, isto é, a validação e estabilização das ocorrências é-nos dada pela totalidade do domínio em que o que lhe é exterior é a sua negação, não havendo qualquer propriedade distintiva entre os elementos da classe. No segundo exemplo existe um reenvio da ocorrência à noção /gato/. Neste caso o N tem como marcador o determinante \emptyset . No terceiro existe uma falsa extracção, ou 'extracção simbólica' de acordo com Bouscaren & Chuquet 1987, de um elemento representante da totalidade da classe. Quando existe esta falsa extracção, a operação de percurso tem características diferentes da anterior. Estamos face àquilo que Culioli define como 'percurso rugoso', tendo como marcador, geralmente, o indefinido.

São estas diferentes operações que permitem interpretar os diferentes valores das ocorrências de uma noção.

De acordo com esta proposta o estudo da determinação nominal terá de dar conta de enunciados em que, apesar de o marcador ser o mesmo, a operação implicada é diferente, ou quando os marcadores, apesar de diferentes lexicalmente, são marcas de uma mesma operação.

Esta proposta de trabalho vem alterar as análises clássicas feitas à volta dos determinantes nominais: o estudo dos valores dos artigos definidos e indefinidos, tradicionalmente, baseia-se em dois princípios: um que se liga ao lugar que ocupam na língua como pertencendo ao SN (valor de incidência); o segundo, o valor de quantificação. No caso do artigo definido, a quantificação pode ter valor de classificação (quando usado de forma genérica) ou de especificação (se usado de forma específica). O exemplo (I), já tratado anteriormente¹¹, mostra a não evidência desta classificação

(I) O que este gato come!

De todos os problemas levantados pelos marcadores de determinação nominal em português os que se relacionam com o determinante \emptyset são os mais interessantes por duas ordens de razões: por um lado, o determinante \emptyset não tem sido reconhecido na maior parte da literatura como fazendo parte da

classe dos determinantes nominais, por outro lado, uma análise deste determinante, de acordo com a teoria das operações predicativas e enunciativas, vem sublinhar como não sendo verdadeiro o que atrás foi dito em relação às limitações da teoria, que só seria capaz de analisar o que é lexicalmente representado nos textos.

Num texto de 1994 defendi a existência do determinante \emptyset em português, como fazendo parte do conjunto dos determinantes disponíveis nesta língua. Ao analisar um conjunto de enunciados onde \emptyset era marcador de operações, defendi que o determinante \emptyset era um dos marcadores da operação de percurso, não sendo nesse caso nem marcador de quantidade, nem de qualidade. Deste modo a diferença entre

(II) \emptyset gatos são felinos

e

(III) há \emptyset gatos à tua porta

tenham como diferença básica o tipo de operação implicada: em (II) existe percurso com totalização; em (III) operação de extracção, em que Qnt é preponderante a Qlt. Esta diferença do tipo da operação implicada em cada um dos enunciados é fundamental para que seja possível em (III) a substituição de \emptyset quer pelo indefinido plural, quer por qualquer quantificador:

(III') há uns/ dois / alguns gatos à tua porta

A impossibilidade de substituição de \emptyset pelo definido prende-se quer com as características do predicado, sendo possível, por exemplo, com um predicado como 'estar'— quer com a ordem das palavras no enunciado. Esta alteração obrigatória da ordem das palavras com o definido liga-se à definição daquilo a que a teoria de Culioli chama o termo de partida de uma relação predicativa: o determinante \emptyset não só não é o termo de partida de uma relação predicativa, como não pode estar situado à esquerda do termo de partida. O definido ligado a um N, indica que o N que lhe está associado é validado no exterior do enunciado em curso¹²

(III'') estão \emptyset gatos à tua porta / os gatos estão à tua porta/ estão uns gatos à tua porta/ estão alguns gatos à tua porta...

Nos textos teóricos sobre o determinante \emptyset , aparece, por vezes, definida uma fronteira entre o determinante \emptyset e a ausência de determinante. Anscombe (sobretudo Anscombe 1990) é um dos defensores desta dupla possibilidade. A partir da análise de dois grupos de expressões com a estrutura V \emptyset N, que podem ser exemplificadas em (IV) e (V)

(IV) dizer bom-dia

(V) dar ordem (s)

só (V) permite a existência de um determinante \emptyset , havendo em (IV) uma ausência total de determinante.

As razões apresentadas por Anscombe são diversas, salientando-se as restrições que aponta quer de ordem morfológica, quer de ordem sintáctica. De acordo com este autor só as construções com determinante \emptyset permitem, por um lado, a substituição de \emptyset por outro determinante, e, por outro, só essas construções aceitam a construção passiva.

Tendo presente os exemplos (IV) e (V) verifica-se que, se para a construção passiva o argumento de Anscombe se mantém válido – desde que haja uma manipulação adequada do enunciado como a alteração de número do SN –, a substituição de \emptyset por qualquer outro determinante é possível para as duas sequências:

(IV) O general deu uma ordem com voz grossa/ o general deu a ordem enquanto comia o bolo

(V) O João disse-me um bom-dia com cara de poucos amigos/ O João disse-me o bom-dia do ano

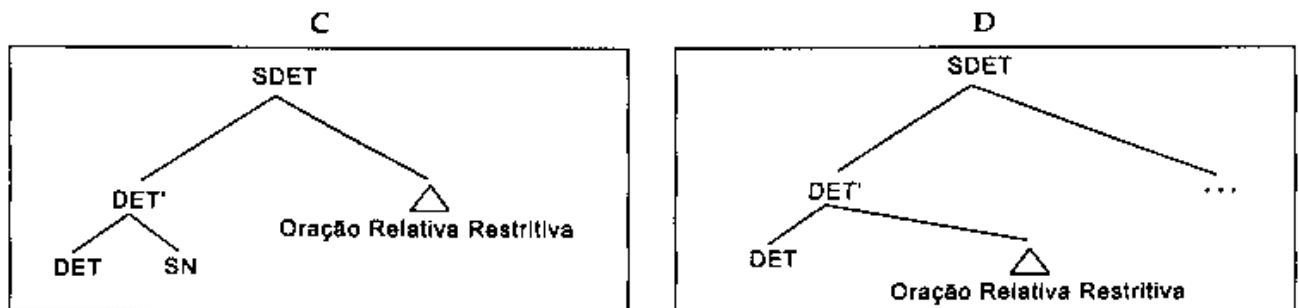
A especificidade das construções propostas por Anscombe e as diferenças semânticas dos predicados implicados, produzem uma duplicidade de análise. Utilizando argumentos diferentes, em Brito 1993 encontramos, igualmente, uma dupla hipótese em relação à ausência de determinante em construções do português: nas construções com 'bare plurals', expressões 'figées' – em que o N tem um sentido intensional – e nas construções predicativas pode existir quer um Q \emptyset (sempre que N tem valor referencial) ou um SN sem SDet (quando se trata de expressões com valor intensional ou com valor predicativo).

Sob o ponto de vista da teoria das operações predicativas e enunciativas importa analisar as construções em que há ausência de determinante e procurar quais as operações implicadas nessas construções. Se se defender que existe sempre um determinante \emptyset quando não há realização fonética de determinante as diferenças existentes centram-se na totalidade das operações presentes em cada enunciado. As restrições impostas pelos valores aspectuais dos predicados, tal como Anscombe defende, e as categorias número ou diátese ajudarão a definir os valores que o determinante \emptyset pode ter, tal como acontece com qualquer outro determinante.

Como conclusão poder-se-á dizer que a complexidade dos fenómenos implicados na análise dos marcadores de determinação nominal, de que apenas apontei alguns elementos, mostram como é pertinente a proposta da existência de uma hipersintaxe, isto é de uma relação estreita entre a sintaxe e a semântica, tal como Culioli a definiu. A discussão à volta do determinante \emptyset , e a definição das operações de determinação implicadas quando ele é o marcador dessas operações, mostraram como a teoria das operações predicativas e enunciativas pode dar conta de unidades não realizadas lexicalmente. Os receios de Milner ou o reducionismo de de Vogüé não fazem, de facto, sentido.

NOTAS

- 1 Desclés 1992:203 apresenta quatro princípios orientadores que não são exclusivos da teoria das operações predicativas e enunciativas mas de todas as teorias linguísticas: o primeiro princípio diz que só há respostas a questões previamente formuladas com clareza; o segundo prevê que todo o desenvolvimento teórico necessita da definição prévia de problemas; o terceiro afirma que uma ciência como a linguística que assenta em bases empíricas, necessita de confrontar a teoria com os observáveis; o quarto princípio estipula que uma teoria que tem uma base empírica deverá, para além de dar conta dos dados que se propõe analisar, ser capaz de se confrontar com outras teorias, devendo dar respostas precisas sobre as lacunas ou os 'silêncios' existentes nos outros quadros teóricos sobre problemas específicos que importa tratar.
- 2 Ver, entre outros, Milner, que se disponibiliza para um contraste de análise teórica, explicitado no texto de 1989 "(...) il existe de nombreux modèles qui se distinguent du programme génératif ou même s'oppose à lui; certains de ces modèles ont une importance sociologique qui dépasse la siennne; certains (...) ont une valeur théorique et empirique qui égale la sienne(...)." op. cit: 11.
- 3 Recorde-se aqui os encontros recentes em homenagem a Culioli, nomeadamente 1991, 1992 e 1994, qualquer deles promovido por alunos e colaboradores próximos de Culioli, em que participaram investigadores de áreas diferentes.
- 4 Mesmo em trabalhos sobre a linguística que se pretendem generalistas e abrangentes é difícil encontrar-se em campos específicos, como o do tratamento da determinação verbal (valores modais, valores aspectuais e valores temporais dos verbos em português), por exemplo, quaisquer referências a trabalhos feitos dentro da teoria de A. Culioli. Ver, a título de exemplo, Faria *et al.* 1996.
- 5 Sobre o aprofundamento das consequências desta 'aproximação' ver de Vogüé 1991: 39.
- 6 "(...) En particulier, il faudra alors soutenir que le masculin (ou le singulier, ou le présent, ...) n'existe pas comme catégorie dans les langues: que s'il n'y a rien de marqué, c'est qu'il n'y a rien à marquer. (...)" (op.cit: 44). A título de exemplo analise-se as propostas de Milner 1989 e Culioli 1982 sobre o tratamento da passiva: Milner defende a existência de uma categoria vazia na posição de objecto quando o verbo está na passiva, Culioli analisa a construção passiva de acordo com os marcadores em presença e a relação argumental em que o verbo se inscreve (cf. de Vogüé 1991: 44 e 45).
- 7 Os valores propostos por de Vogüé para a conjunção *si* (valores 'standard', dedutivo, austiniiano, explicativo, concessivo, adversativo, dialéctico), opõem-se às posições estruturais possíveis que *si* pode ocupar, apresentadas por Delaveau 1992 (como adjunto circunstancial ou não). Estas diferenças marcam a fronteira entre as duas teorias: de um lado existe uma relação entre formas e interpretações, do outro uma distribuição estrutural que se cinge às posições sintáticas que cada elemento pode ocupar numa estrutura (pré-)determinada (cf. de Vogüé 1992:124).
- 8 De acordo com Brito 1996: 87 e 88.
- 9 Recorde-se, a título de exemplo, que, em relação às orações relativas restritivas a discussão, a partir do modelo de Abney, centra-se na sua posição relativa, propondo-se, por exemplo duas posições diferentes, como se dá conta nas representações (C) e (D).



Assume-se, ainda, que em sintaxe não há qualquer diferença estrutural entre as orações relativas restritivas e as explicativas; as diferenças que existem, e que são pertinentes, são tratadas em Forma Lógica. O mesmo argumento pode ser utilizado em relação aos diferentes valores dos determinantes.

- ¹⁰ Sobre a derivação do enunciado *ver*, entre outros, Campos 1993.
¹¹ *Ver*, entre outros, Campos 1989 e Correia 1993. A ambiguidade do enunciado só é possível de ser resolvida se se tiver em conta as relações que os operadores Qnt e QIt desencadeiam sobre o enunciado.
¹² Este argumento vem sublinhar a tese de que o definido pode ter um valor 'anafórico' – contextual ou situacional – o que lhe permite ser a marca de uma operação de *fléchage*.

BIBLIOGRAFIA

- ABNEY, S., 1987 – *The english noun phrase in its sentential aspect*, Ph.D. Dissertation, MIT .
 ANSCOMBRE, J.C., 1990 – "Article zéro et structuration d'événements", M. Charolles, S. Fischer & J. Jayez (eds), *Le discours*, Nancy, Presses Universitaires de Nancy, p. 265-301.
 BOUCAREN, J. & CHUQUET, J., 1987 – *Grammaire et textes anglais. Guide pour l'analyse linguistique*, Paris, Ophrys.
 BRITO, A. M., 1993 – "Aspects de la syntaxe du SN en portugais et en français", *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II Série, Vol. X, p. 25-53.
 1996 – "A ordem de palavras no SN em português numa perspectiva de sintaxe comparada – um caso particular: os Ns deverbais eventivos", *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Lisboa, Colibri, p. 81-106.
 CAMPOS, M. H. C., 1989 – *Abordagem enunciativa de um subsistema do sistema modal do português: os verbos Dever e Poder*, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
 1993 – *Semântica e Enunciação*, Relatório para o Concurso de Prof. Associado, FCSH-UNL.
 CORREIA, C., 1993 – "A determinação: quantificação e qualificação", *Actas do VIII Encontro da APL*, Lisboa, Colibri, p.100-111.
 1994 – "O valor do artigo \emptyset em português" in *Actas do IX Encontro da APL*, Lisboa, Colibri, p.131-144.
 CULIOLI, A., 1982 – *Rôle des représentations métalinguistiques en syntaxe*, Université Paris 7, DRL, Coll. ERA 642.
 CULIOLI, A. & DESCLÉS, J.P., 1981 – *Systèmes de représentations linguistiques et métalinguistiques*, Paris, Université Paris 7, Coll. ERA 642.
 CULIOLI-ATWOOD, M.- H. 1992 – *Opérations référentielles. Analyse de la détermination en français en vue d'un traitement automatisé*, Paris, UFRLL.
 DELAVEAU, A., 1992 – "Si, la syntaxe et le point de vue des positions", *La théorie d'Antoine Culioli: ouvertures et incidences*, Paris, Ophrys, p. 107-122
 DESCLÉS, J.-P. 1992 , – "Au sujet des catégories grammaticales", *La théorie d'Antoine Culioli: ouvertures et incidences*, Paris, Ophrys, p. 203-212.
 FARIA, I. H. et al. ,1996 – *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho.
 MILNER, J.-C., 1989 – *Introduction à une science du langage*, Paris, Seuil.
 1992 – "De quelques aspects de la théorie d'Antoine Culioli projetés dans un espace non énonciatif", *La théorie d'Antoine Culioli: ouvertures et incidences*, Paris, Ophrys, p.19-15.
 DE VOGUÉ, S., 1991 – "La transitivité comme question théorique: querelle entre la Théorie des Positions de J.C. Milner et la théorie des opérations prédicatives et énonciatives d'A. Culioli", *LINX* 24, p. 37-65.
 1992 – "Si, la syntaxe et le point de vue des opérations", *La théorie d'Antoine Culioli: ouvertures et incidences*, Paris, Ophrys, p. 123-143.
 XAVIER, M.F. & MATEUS, M. H. (eds), 1992 – *Dicionário de termos linguísticos (II)*, Lisboa, Cosmos.